

# | 326 | A RESPOSTA AO LUGAR COMO UMA ALTERNATIVA DE REVISÃO DOS PRESSUPOSTOS DO DESENHO URBANO

*Daniel Medeiros de Freitas, Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt, Denise Morado Nascimento*

## **Resumo**

A primeira parte do artigo questiona os pressupostos adotados na atual produção do espaço urbano em Belo Horizonte, identificando a consolidação de práticas descoladas de atributos culturais, econômicos e políticos, engendrados por características sociais excludentes. São analisados dessa forma (a) a fragmentação institucional e o aparato regulatório, (b) a qualidade técnica, (c) a qualidade urbanística, e (d) a promoção da exclusão socioespacial, com o objetivo de articular uma série de críticas pontuais e demonstrar a necessária revisão estrutural da prática recente de modo articulado a uma reflexão da postura de planejamento, projeto, execução e gestão dos espaços produzidos. Em seguida, argumenta-se em favor de um desenho urbano decorrente de respostas projetuais coerentes com a leitura do lugar e não mais condicionado pelos mecanismos de controle socioespaciais. Neste contexto, o papel dos promotores do desenho urbano passaria a ser a criação de redes e de plataformas que sirvam de meio para o estabelecimento de táticas para a interação entre os usuários cotidianos do espaço e outros atores envolvidos na dimensão urbana. Através da análise de projetos que atestam a viabilidade desta perspectiva de entendimento do desenho urbano, o artigo destaca a importância desta escala de atuação na produção do espaço urbano e sua dimensão política através, sobretudo, pelo papel que desempenha na disputa pelo espaço urbano.

**Palavras-chave:** desenho urbano, espaço, lugar e Belo Horizonte.

## **1. Introdução**

Em conferência realizada em 1956 (Krieger et al., 2009), José Luis Sert destacava a importância de o desenho urbano evitar o embelezamento e atacar as raízes do problema, através da compreensão dos fatores sociais, geográficos, políticos e econômicos que dão forma à cidade. O autor defendia uma definição ampliada de desenho urbano, entendido tanto como uma síntese necessária dos condicionantes viários, paisagísticos e de uso do solo quanto como resultante da construção do “lugar ideal” para a vida urbana e de uma “harmonia” possível, capaz de se opor a objetos isolados e ao individualismo. Esta proposição combatia o espraiamento, seguido de congestionamento viário e degradação de áreas centrais nas cidades americanas, mas também a queixa de que a “legislação arquitetônica, a tirania financeira e os tabus sociais e políticos desenham nossas casas, distribuem nossas indústrias, e enrijecem nosso sistema viário”, nas palavras de Charles Abrams (Krieger et al., 2009, p.7).

Também nesta conferência, pode-se identificar uma preocupação em ampliar a discussão sobre o fracasso da produção modernista no espaço urbano, essencialmente

formalista, sendo urgente, segundo Munford (Krieger et al., 2009, p.11), “rever a loucura de criação de uma estrutura urbana que destruiu a vida em comunidade”. O debate faz-se importante na medida em que se insere em um contexto de construção de um campo profissional dedicado a uma abordagem sistêmica do desenho urbano que, no entanto, não supera a hegemonia do formalismo nem a idealização do planejamento urbano da época.

Nesse bojo, propõe-se um questionamento inicial dos pressupostos adotados para a produção recente do espaço urbano em Belo Horizonte. O objetivo é identificar as razões para a consolidação de práticas descoladas de atributos culturais, econômicos e políticos, engendrados por características sociais excludentes.

Para tal, a primeira parte do artigo descreve e contextualiza questões referentes à atual produção do desenho urbano em Belo Horizonte. A segunda parte, a partir de uma primeira aproximação com a literatura dedicada à revisão e ampliação do campo de atuação do desenho urbano, aprofunda o papel da disciplina e as possibilidades de incorporação do lugar nos pressupostos que orientam sua produção, discutindo estratégias possíveis para a superação do formalismo.

## **2. Desenho urbano em Belo Horizonte**

As questões aqui apresentadas tomam como ponto de partida as incoerências relacionadas ao planejamento, projeto, construção, gestão e normatização do desenho urbano em intervenções de espaços públicos realizadas em Belo Horizonte nos últimos três anos. Considerando que grande parte dos problemas e críticas listados está relacionada ao histórico do planejamento urbano municipal, mas cuja análise ultrapassaria os objetivos e possibilidades desse artigo, optou-se por uma prospecção inicial dos pressupostos que sustentaram as intervenções estudadas, necessária e anterior às investigações sobre a relação entre o desenho urbano e o planejamento, seus agentes e interesses atuantes na forma urbana. Mantendo o foco menos na sistematização das práticas do que na análise dos problemas associados a estes pressupostos, estruturou-se a discussão a partir de quatro aspectos: (a) a fragmentação institucional e o aparato regulatório; (b) a qualidade técnica; (c) a qualidade urbana; e (d) os processos de exclusão.

### **2.1. Fragmentação institucional e o aparato regulatório**

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) não possui hoje um setor de desenho urbano, por isso tratado de forma fragmentada dentro da estrutura administrativa.

A essa fragmentação se sobrepõe um ritual burocrático casual no que se refere à aprovação de projeto e execução de obras públicas: os projetos de maior complexidade – embora não exista um critério que a defina – são acompanhados por diferentes setores especialistas<sup>1</sup>. Já em relação à execução do desenho urbano, todas as obras são contratadas e coordenadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP). Uma vez concluída a execução da obra, a manutenção do espaço é dividida entre a Prefeitura Regional, na qual a obra está localizada, e à Secretaria de Serviços Urbanos do Município, responsável pela manutenção dos elementos e serviços urbanos.

O processo descrito gera pelo menos dois grandes problemas: a ineficiência do processo e a incoerência entre intervenções. O primeiro, do ponto de vista do projeto, provoca elevação do prazo e custo, uma vez que grande parte do tempo do contrato é quase sempre dedicada ao trâmite de aprovação em detrimento de discussões e aprimoramentos técnicos, compreensão das peculiaridades do lugar e envolvimento da população local. Por outro lado, o procedimento não garante a esperada qualidade das propostas no que se refere à coerência e acúmulo de experiências setoriais, uma vez que não existem critérios integrados de avaliação dos elementos urbanos.

Assim, as iniciativas legais normativas de reverter essa situação acabam por reafirmá-la. Diante da aparente impossibilidade ou desinteresse de unificar a atuação sobre o desenho urbano, discussão ausente da pauta política, aliada à inexistência de levantamentos, monitoramentos, análise espacial ou construção de um plano municipal de desenho urbano, opta-se pelo uso de complexo aparato regulatório como estratégia de garantia de qualidade através do controle sobre o uso do espaço público, indicação de dimensões mínimas ou padronização de determinados elementos urbanos.

A combinação entre o processo de projeto descrito anteriormente e esse aparato regulatório reafirma e consolida as seguintes contradições: (a) o desenho urbano é encarado como uma soma de elementos urbanos independentes, passível de ser avaliada e regulada por especialistas setoriais; (b) decorrente dessa concepção, o desenho urbano deve evitar soluções específicas ou não padronizadas; (c) não havendo síntese possível entre as diretrizes

---

<sup>1</sup> Com relação à elaboração do projeto de espaços públicos, a recente reestruturação do núcleo de planejamento urbano possui uma gerência de projetos urbanos especiais (GPUR/SMAPU) que durante um breve período contratou e coordenou os projetos de requalificação urbana de maior visibilidade. A maior parte dos projetos para as grandes obras de infraestrutura (incluindo viária) é coordenada pela SUDECAP. Os projetos de obras viárias de menor porte são coordenadas ou elaboradas pela BHTRANS. O projeto para praças e parques é coordenado pela Fundação de Parques ou através das Prefeituras Regionais onde se localizam. De modo geral, a decisão final pela alocação da responsabilidade setorial pela coordenação ou elaboração de cada projeto é definida diretamente pelo Prefeito e, não raro, não segue os frágeis critérios delineados acima.

setoriais, o desenho urbano já nasce parcialmente disfuncional e passível de adequações contínuas; (d) a relação entre a especificidade do lugar e o desenho urbano, negligenciada ao longo do rito burocrático, é combatida pela legislação. Toda essa situação amplia a resistência institucional às novas abordagens propositivas de desenho urbano ao mesmo tempo em que penaliza ou contribui para a substituição ou descaracterização de soluções anteriores de espaço público, promovidas ou não pelo poder público.

Um exemplo da ineficácia da legislação normativa, tal como é utilizada, é o chamado padrão centro-sul de calçadas. Com o objetivo de conciliar o atendimento à norma de acessibilidade, a prioridade ao pedestre e a valorização do patrimônio histórico, foi proposto um complexo padrão construtivo de pavimentação e setorização da calçada a ser implantado à medida que ocorra sua reconstrução. Parte dessa complexidade está relacionada aos ajustes necessários à viabilidade do uso da pedra portuguesa, opção defendida através de argumento de valorização do patrimônio histórico cultural da área central e, de forma secundária, a uma facilidade de intervenção e reconstrução inerente à técnica de mosaico. No entanto, em relação ao patrimônio histórico, nos casos onde já ocorre a adequação, é notória a descaracterização da calçada e questionável a eficácia do mosaico enquanto imagem simbólica ou manutenção de ambiência urbana. Por outro lado, o argumento da facilidade de reconstrução e durabilidade é vulnerável, sobretudo, quando a pedra portuguesa é executada de forma inadequada, com presença de cimento no seu assentamento e cinta de travamento em concreto a cada quatro metros.

O padrão também é ineficaz em relação à acessibilidade pelo fato da pedra portuguesa poder ser considerada piso não acessível, uma vez que contraria a própria definição da norma de acessibilidade que exige dos pisos “superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê)” (Norma ABNT 9.050/2004). Outro aspecto que torna a solução inadequada à acessibilidade é o uso equivocado do piso podotátil e de alerta, uma vez que não há capacitação ou fiscalização que garanta sua continuidade, aspecto que leva à insegurança, falta de confiabilidade e, por isso, impossibilidade de seu uso.



Figura n. 1: Exemplo de calçada em Belo Horizonte.  
Fonte: Grupo Praxis, 2012.

Ainda como crítica ao resultado deve-se citar o baixo padrão de execução, causado principalmente pela combinação entre a economia de recursos utilizados - uma vez que a reconstrução é obrigatória em toda obra que interfira na calçada e, quase sempre, tratado do modo menos oneroso possível para o proprietário ou concessionária - e pela falta de capacitação da mão de obra em relação ao mosaico de pedra portuguesa. As consequências desta má execução são as patologias recentes na maior parte das calçadas, descontinuidades (cunhas, degraus, incompatibilidades com acessos), emendas e interface entre materiais mal executadas.

## 2.2. Qualidade técnica

A principal defesa dos procedimentos setoriais e do aparato regulatório descrito acima se baseia no viés tecnocrático de garantia de qualidade construtiva e funcional das

intervenções. No entanto, o que se percebe, sobretudo nas recentes intervenções, é o declínio destas qualidades nos três exemplos a seguir.

Enquanto nas calçadas da regional centro-sul de Belo Horizonte a falta de acessibilidade vem de problemas do padrão e sua execução, no restante da cidade a inacessibilidade está relacionada, sobretudo, à impossibilidade de garantia de largura mínima e ausência de continuidade, seja devido à inexistência de pavimentação, às patologias construtivas ou aos obstáculos presentes. O poder executivo, calcado pela legislação vigente, confere responsabilidade pela manutenção da calçada ao proprietário do lote ou, eventualmente, ao responsável pela sua alteração. Ao delegar a responsabilidade de construção e manutenção da calçada ao proprietário, pelo menos dois problemas são gerados: não existe uma cultura de investimento em qualidade da calçada; e não existe uma cultura e uma técnica capaz de garantir, por exemplo, a continuidade da faixa ou a compatibilização de acessos. Além disso, a falta de planejamento integrado é o principal fator responsável pela inadequação das calçadas. Historicamente tratadas de forma residual ou com largura mínima, as calçadas existentes são incompatíveis com a atual legislação, e impossíveis de serem adequadas sem que haja um redesenho da geometria viária e de infraestrutura o que envolveria, necessariamente, uma real prioridade ao pedestre.

O segundo exemplo é a aparente falta de planejamento associada aos elementos urbanos, tais como, iluminação, lixeiras, bancos, bancas de revista, pontos de ônibus, paraciclos, bicicletários, caixas de concessionárias, telefones públicos, arborização e jardineiras. Além da incompatibilidade das diretrizes normativas, definidas de forma setorial, e das inúmeras tentativas frustradas e equivocadas de padronização, os elementos urbanos têm em comum um design pobre, produto de contínuas simplificações focadas na redução dos custos de produção e manutenção.

Para exemplificar, vejamos o caso da iluminação pública. Todo modelo de luminária em Belo Horizonte deve ser homologada pela concessionária de energia responsável por sua manutenção. Essa homologação é feita através de critérios de similaridade técnica que não inclui sua solução de desenho, o que configuraria design exclusivo, incompatível com lei de licitação e contratação de recursos públicos (Lei Federal nº 8.666/1993). Quando quer manter o design, ou qualquer outro aspecto relacionado ao projeto (temperatura de cor, efeitos de luz, ângulos de foco, entre outros) a prefeitura deve estocar ou se responsabilizar por eventual substituição. O resultado é a imposição de um modelo de luminária que pode ser eventualmente substituída por um equivalente técnico

com design aleatório que contradiz todo o discurso de padronização e integridade do projeto contratado.



Figura n. 1: Iluminárias em Belo Horizonte.  
Fonte: Grupo Praxis, 2012.

Por fim, o terceiro exemplo, se refere ao modelo de execução das obras de espaços públicos. Síntese de todas as contradições descritas até aqui, o projeto executivo que orienta a contratação e a execução da obra, apresenta graves problemas de compatibilidade interna, ou seja, entre os inúmeros projetos complementares, e com o sítio e técnicas de construção adotadas. Essa situação, insustentável por si só, abre espaço para um longo processo de readequação e revisão de especificações do projeto. No fim, prevalece uma opção por soluções simplificadas, mais adequadas ao cronograma de execução, ou de menor custo, mais adequadas à empresa executora. Em resumo, o desprezo ou a falta de confiança na qualidade técnica do projeto, cria uma situação que autoriza sua modificação de modo pontual, casuístico ou favorável ao discurso da empresa executora, enfraquecendo o papel do funcionário público coordenador técnico e responsável pela fiscalização da execução.

Nos três exemplos acima, a qualidade técnica de planejamento, projeto, execução e gestão do desenho urbano demonstra desgaste de procedimentos, cuja superação requer um entendimento global do problema, e não esforços isolados, capazes de ajustar, em tese e em curto prazo, as deficiências do sistema atual, mas incapazes de garantir a qualidade técnica de forma integrada e tampouco a qualidade urbanística do desenho urbano.

### **2.3. Qualidade urbanística**

Observa-se atualmente uma defasagem conceitual, metodológica e prática na concepção de espaços públicos em Belo Horizonte responsável por uma produção, a partir da década de 90, tecnicamente e urbanisticamente inferior à produção das décadas de 70 e 80. Neste sentido, o que parece ter se alterado é a passagem de uma estrutura tecnocrata mais numerosa e especializada, responsável direta pelo projeto e execução, para um enxugamento de pessoal e capacitação, apoiado por terceirizações através da contratação de empresas de consultoria para o desenvolvimento de todas as etapas dos projetos urbanos e de arquitetura. Um contexto no qual as contradições mencionadas anteriormente contribuiriam para esta aparente queda na qualidade das propostas.

No entanto, um eventual retorno à tecnocracia como forma de construção de uma boa qualidade urbanística do desenho urbano seria também o retorno a um equívoco estrutural relacionado ao método de concepção dos espaços públicos. Enquanto a atual qualidade urbanística é comprometida devido ao pouco espaço para este tipo de discussão dentro do atual processo, nas décadas anteriores, essa estava limitada a uma complexidade formal que lhe possibilitava conforto, beleza e funcionalidade. No entanto, acreditamos na possibilidade de garantir uma qualidade urbanística mais ampla a partir do questionamento do método de projeto.

Um dos fundamentos do método de projeto consolidado nas instituições responsáveis pelo desenho urbano é a consolidação da sequência demanda-diagnóstico-proposta. Identifica-se inicialmente uma demanda, quase sempre um espaço considerado degradado ou residual, fruto de planejamento inadequado de infraestrutura ou do sistema viário, a partir da qual é elaborado um diagnóstico instrumental com ênfase na caracterização regional e legitimação da demanda, negligenciando uma compreensão pormenorizada do lugar e, sobretudo, da apropriação existente, entendida às vezes como algo a ser também reformulado. Por fim, uma proposta já fechada é apresentada para

aprovação - o que não inclui discussão ou alteração - pelos setores técnicos e, eventualmente, população envolvida.

O segundo fundamento desse método de projeto é o fato de trabalhar através da sobreposição de elementos urbanos estanques e uni-funcionais, sem que haja espaço para ambiguidade de uso e leitura do desenho e do mobiliário urbano proposto. O resultado é um desenho urbano inflexível e incapaz de dialogar com o lugar e usos que o antecedem, alienado da demanda real da população, hostil a novas apropriações e fechado a modificações e ocupações espontâneas.

Todas as críticas apresentadas até então - a fragmentação dos setores, o aparato regulatório e a falta de qualidade técnica e urbanística - contribuem também para a manutenção de uma enorme resistência institucional a contribuições e decisões descentralizadas, aspecto que será tratado no item seguinte.

#### **2.4. Exclusão**

Na recente produção de desenho urbano público em Belo Horizonte a participação da população foi limitada à elaboração do diagnóstico, quase sempre através de entrevistas convencionais amostrais (motivo de permanência ou passagem, pontos positivos, pontos negativos, segurança, expectativas e dados socioeconômicos ou perfil do usuário) ou com representantes de setores de maior visibilidade (lojistas, órgãos públicos, empresários, entre outros). Em algumas propostas ocorreu também uma apresentação final da proposta para a população, de forma mais informativa do que deliberativa, uma vez que já se tratava de projeto concluído.

No entanto, a inflexibilidade de uso, a limitação da apropriação social do espaço e a falta de diálogo entre proposta e lugar, compõem os principais fatores de exclusão no desenho urbano. Neste sentido, o considerável esforço de pesquisa voltado para a melhoria da qualidade projetual não se faz suficiente para romper pressupostos que, de fato, provocam a exclusão. Por outro lado, diante dos problemas relatados até o momento, a resistência a esta revisão de pressupostos não mais se sustenta pelos tradicionais argumentos de garantia de qualidade técnica, controle sobre o processo, racionalização de construção e tantos outros, uma vez que os resultados demonstram a crise desse referencial e sua aparente incapacidade de gerar um desenho urbano de qualidade. Buscaremos, na segunda parte desse artigo, atualizar e delinear a possível revisão dos pressupostos e a construção de

alternativas capazes de viabilizar a revisão do aparato regulatório, a garantia da qualidade técnica e urbanística e a possibilidade de um desenho urbano não excludente.

### **3. Desenho urbano relacionado ao lugar**

Embora todo habitante da cidade deva senti-la como sua, a (possível) vivência da cidade é em grande medida condicionada por mecanismos de controle, gerando espaços urbanos divididos, segregados e excluídos: (1) pelo zoneamento cartesiano que setoriza a cidade em áreas de habitação, de serviços, de comércio, de indústria; (2) pelo transporte coletivo ineficaz que regula a mobilidade urbana; (3) pelo sistema viário ordenador que privilegia os carros particulares; (4) pelo sistema de vigilância panóptico que controla socialmente o acesso aos espaços; (5) pelo poder imobiliário especulativo que alimenta incorporadores e construtoras; (6) pela política de patrimônio que congela o edifício histórico, monumentalizando-o; (7) pela desigual distribuição de serviços públicos e bens culturais que distingue o centro da periferia. (Morado Nascimento et al, 2010).

Os espaços urbanos assim gerados encontram-se calcados por princípios projetuais presentes em manuais e compêndios de desenho urbano que regem, a partir do saber técnico e das doutrinas resultantes do mesmo, o funcionamento daquilo que é possível existir espacialmente em uma cidade. Na medida em que os princípios projetuais são transcritos em normas, regulamentos e leis, esses propagam a universalização de processos, métodos e procedimentos sobre edifícios e ambientes, mobiliário e objetos, visando a eliminação de problemas potencialmente causadores de conflitos espaciais também universalizáveis.

Na contramão, acatamos a visão de Santos (2004, p.29) sobre o que seja espaço – como “soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra” e, conseqüentemente, um “capital comum a toda a humanidade”, e sobre lugar – como “funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (Santos, 2005, p.158). Como espaço, a cidade é formada, segundo Santos (1979), por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações. Os objetos (fixos) técnicos são intencionalmente concebidos, fabricados e localizados para o exercício de certas finalidades, constituindo as bases materiais para as ações representativas de uma época. As ações (fluxos) se associam à ordem espacial dos objetos. Sendo a cidade uma entidade geográfica, torna-se condição de *oportunidade* para a

prática, a ser realizada no tempo; isto é, a partir de uma condição de *possibilidade* (Santos, 2005).

Se a cidade é lugar onde as práticas sociais acontecem e os que ali vivem, ao reconhecê-la, agem, ao longo do tempo, cabe pressupor que há condições sociais, mas também físicas, ambientais, culturais, históricas, econômicas e políticas, presentes ali, e que são continuamente transformadas. Massey (2009, p.191) entende o lugar como “um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada.”

A distinção entre espaço e lugar aqui passa a ser menos relevante frente ao entendimento de que são essas condições (a funcionalização do mundo) que *dão forma* ao espaço, tornando-o lugar. Aprender o lugar significa, então, tomar posse dessas informações ou dessas estórias.

É um processo que não se constitui em identificar tecnicamente estruturas espaciais existentes ou em levantar a geometria do terreno e a sua natureza física e ambiental, relacionadas ao entorno ou à paisagem urbana. Muito menos significa diagnosticar situações - a palavra diagnóstico, de uso corrente em estudos provindos do campo de conhecimento do planejamento urbano, associa-se ao reconhecimento de problemas (como uma doença) por meio da observação de sintomas (conflitos), determinando assim soluções (por meio de tratamentos) pontuais e acarretando projetos de requalificação, revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem e até ressurreição do espaço. Nesse bojo, o diagnóstico está associado a valores exclusivamente técnico-científicos.

O desenho urbano não deve tão pouco ser refém de regras técnicas estabelecidas por manuais e compêndios, vinculadas às condições de existência casuais, universais e genéricas de um espaço imaginário, a serem aplicadas em um dado lugar.

Se resultado do processo de leitura do lugar, o desenho urbano parte da identificação de subsídios (informações e estórias) que geram respostas projetuais coerentes com o lugar, não mais condicionadas a mecanismos de controle socioespaciais - setorização de funções, planificação, disciplina, higienização, referendados por normas, etc. As respostas, a partir da leitura do lugar, correspondem melhor à vida cotidiana dos usuários do espaço urbano na medida em que surgem: (1) da compreensão do modo de vida das pessoas e de suas práticas sociais; (2) do aleatório, do espontâneo e do temporário; (3) da

alteração do uso que se faz do espaço ao longo do tempo; (4) da interação do habitante com o ambiente; (5) da ação do usuário por meio do corpo. (Morado Nascimento et al, 2011).

Pressupor que o desenho urbano seja viável a partir da leitura do lugar significa igualmente pressupor que uma certa *resistência* deva estar presente face às imposições presentes na produção do espaço urbano, especialmente em razão das atuais parcerias entre mercado e Estado, próprias das políticas neoliberais, imbuídas de inadequados atributos como eficiência, excelência, desenvolvimento, inovação, modernidade, ou ainda de falsas promessas como a realização de *sonhos*. Nesse cenário, destacam-se as Operações Urbanas Consorciadas e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A materialização espacial a partir do lugar é possível se outras ações (fluxos) são criadas calcadas por valores da sociedade, possibilitando a redefinição do espaço. No horizonte, está a possibilidade da existência da cidade ser determinada menos como plataforma onde o capital se transnacionaliza e mais como base potencial para a convivialidade dos cidadãos.

O *Complejo Residencial Sustentable*, projetado por Morfearch (Franco, 2011), por exemplo, não refere-se somente à produção de edifícios para os seus residentes, mas à integração dos mesmos por meio de espaços públicos (bibliotecas públicas, lavanderias, lojas, cafés). São nesses lugares que se faz possível o encontro com o *estranho*, a partir da criação de locais para o encontro social. A construção da cidadania ocorre nesses espaços públicos na medida em que a percepção de que se possa ter do *outro* é ali ampliada.

Ao contrário, nas regras estabelecidas pela Caixa Econômica Federal para o PMCMV, não há qualquer diretriz específica em relação ao projeto do espaço público, tanto no que diz respeito ao uso coletivo quanto ao dimensionamento, com exceção: a) previsão de equipamentos e serviços comunitários usuais, e, b) iluminação de áreas comuns.<sup>2</sup> Temos, como resultado, o enclausuramento das famílias de renda até 3 salários mínimos em zonas utilitárias assistencialistas (moradia somada à equipamentos usuais) e a vigilância do estranho, a ser iluminado, revelando-se o não entendimento do espaço público como acolhedor da diversidade social. (Morado Nascimento, Tostes, 2011).

---

<sup>2</sup> Informações sobre as operações e diretrizes do PMCMV foram retiradas da Cartilha completa disponível em: <[http://downloads.caixa.gov.br/\\_arquivos/habita/mcmv/Cartilha\\_Completa\\_do\\_Programa\\_Minha\\_Casa\\_Minha\\_Vida\\_V1.pdf](http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/Cartilha_Completa_do_Programa_Minha_Casa_Minha_Vida_V1.pdf)>

Um outro exemplo de desenho urbano a partir da leitura do lugar refere-se à proposta para o *Concurso Batallón 121*, de Solano Benitez, Rafael Iglesia, Manuel Cucurell e Silvestre Borgatello (Castro, 2012), que parte da seguinte premissa:

Cada sociedad según su tiempo configura diferentes formas de asociación, agrupación, enclaustramiento, es decir, establece nuevas relaciones signadas por las estructuras económicas, políticas y sociales; al respecto, la arquitectura cumple un rol significativo en tanto construcción espacial posibilitadora de sentido. Hoy es necesario trabajar con conceptos que nos permitan interpretar nuestra época, que no pueden ser otros que los que provienen del paradigma contemporáneo.

Isso quer dizer que, sem recorrer a uma organização previsível ou a uma prática formalista, os arquitetos criaram objetos e espaços inéditos que não surgem de parâmetros normativos historicamente construídos, mas da potencialização do lugar como espaço de investigação, educação e difusão ambiental para a comunidade ali presente. (Castro, 2012).

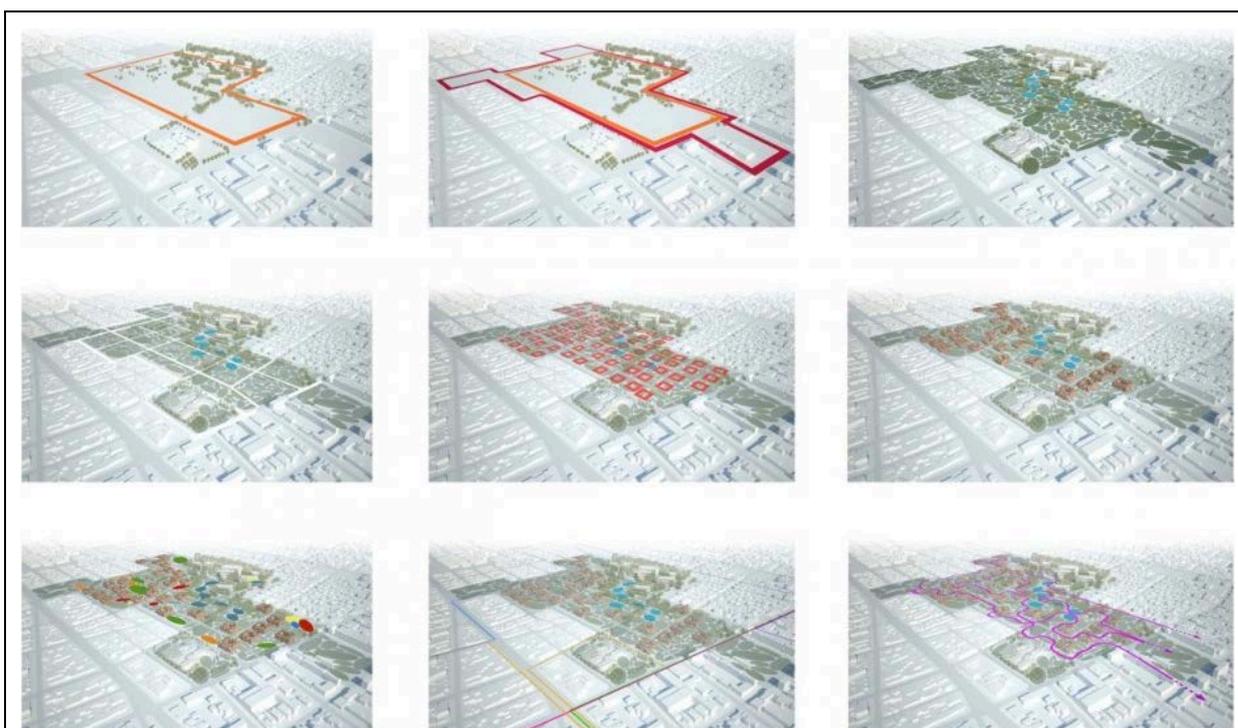


Figura n. 3: *Concurso Batallón 121*.

Fonte: Castro, 2012.

A redefinição das premissas para o desenho urbano também está presente na obra de Garscube Link, de 7N Architects e RankinFraser, na medida em que esses não aceitam a rua residual do sistema viário implantado, resultado das normas urbanísticas da cidade, sendo espaço petrificado pelos cidadãos como obscuro, intimidante e vulnerável. Ao

contrário, destacam a rota pela cor e pelo mobiliário urbano, potencializando-a como lugar do encontro social e da conexão espacial entre pontos da cidade.



Figura n. 4: *Garscube Link*.  
Fonte: Portilla, 2010.

O que fica evidenciado na argumentação e nos exemplos apresentados, além da viabilidade de revisão dos pressupostos criticados na primeira parte desse artigo, é a impossibilidade de se viabilizar uma leitura do lugar sem a consolidação de práticas compartilhadas com os indivíduos que vivenciam a cidade por meio de processos simultâneos de produção e de apropriação do espaço cotidiano.

#### **4. Finalizando...**

Na abordagem aqui explicitada, o papel dos promotores do desenho urbano passa a ser a criação de redes e de plataformas que sirvam de meio para o estabelecimento de táticas para a interação entre os usuários cotidianos do espaço e outros atores envolvidos naquela dimensão urbana (governo, investidores, proprietários, etc.). Dessa forma, passam a ser redefinidas as estratégias para a mediação que possibilitarão a conexão entre as potencialidades do lugar e os recursos técnicos, financeiros e materiais aplicados.

Ampliam-se, assim, as possibilidades da real participação de setores populares na produção do espaço urbano ao longo do tempo e, a partir daí, a fundamental

incorporação do que Milton Santos (2006) chama de “lei do lugar” como contraposição às configurações socioespaciais do mundo globalizado, caracterizadas pela desterritorialização e incapacidade de construir a intensidade de relações necessárias à construção de solidariedades e laços culturais no espaço.

A esta *desterritorialização das relações*, Santos (2006) contrapõe uma diversidade socioespacial do setor popular, configurada por uma produção contínua de objetos regidos pela interação direta. Nesta perspectiva, o território local possui um ingrediente normativo próprio, ou seja, a organização socioespacial é produto direto da solidariedade, o oposto do que aconteceria no setor global, onde a normatização é definida *à priori*. Esta situação é encarada pelo autor como a principal vantagem do setor popular, sobretudo, em períodos históricos marcados pela preponderância de eventos cada vez mais numerosos e inéditos, onde a contínua redescoberta e adaptação passam a ser mais importantes que a experiência e o aparato normativo.

Considerando que “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (Santos, 2006), a incorporação do lugar pelo desenho urbano adquire uma dimensão política e a real possibilidade de ação sobre a disputa pela produção do espaço urbano. Essas atribuições são compatíveis com as inquietações iniciais ligadas à origem da disciplina, mas não conseguiram, conforme análise da recente prática em Belo Horizonte, romper as resistências consolidadas nas diversas instâncias responsáveis por sua produção.

## **Agradecimentos**

CNPq, Fapemig e CAPES/MEC.

## **Referências**

Castro, F. *Propuesta Concurso Batallón 121/Solano Benitez, Rafael Iglesia, Manuel Cucurell, Silvestre Borgatello*, 2012. Disponível em:

<http://www.plataformaarquitectura.cl/2012/06/12/propuesta-concurso-batallon-121-solano-benitez-rafael-iglesia-manuel-cucurell-silvestre-borgatello/> [Acessado em 09 Julho 2012].

Henriques, A. M. E.; Moura, A. A. C.; Santos, F. A. Manual da Calçada Portuguesa. [livro eletrônico] DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia. Disponível em:

[http://issuu.com/rochas.info/docs/manual da cal\\_ada\\_portuguesa?mode=window&pageNumber=44](http://issuu.com/rochas.info/docs/manual_da_cal_ada_portuguesa?mode=window&pageNumber=44) [Acessado 07 November 2012].

Franco, J. T. 2011. *Complejo Residencial Sustentable/Morfearch*. Disponível em <http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/10/16/complejo-residencial-sustentable-morfearch/> [Acessado em 09 September 2012].

Krieger, A.; Saunders, W. S. 2009. *Urban Design*, Minneapolis, University of Minnesota.

Massey, D. 2009. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Morado Nascimento, D.; Tostes, S. P., Soares, A. C. B.; Rieira, H. R. E.; Pinheiro, J. M.; Nogueira, R. C. Z. 2011. Próteses urbanas: promovendo a coexistência sócio-espacial. *V!RUS, São Carlos*, 4. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus04> [Acessado 25 August 2012].

Morado Nascimento, D.; Tostes, S. P. 2011. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil, *Arquitextos*, São Paulo, 12.133. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>. [Acessado em 09 Fevereiro 2012]

Morado Nascimento, D. 2011. *Notas de aula/Disciplina de Projeto*, Belo Horizonte, EAUFMG.

Portilla, D. 2010. Garscube Link/7N Architects + RankinFraser. Disponível em <http://www.plataformaarquitectura.cl/2010/07/18/garscube-link-7n-architects-rankinfraser/> [Acessado em 05 Novembro 2011].

Santos, M. 2005. *Da totalidade ao lugar*, São Paulo, EDUSP.

Santos, M. 1979. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Santos, M. 2006. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, EDUSP.